

A GUERRA DO TRAPIÁ

UMA FAZENDA DE MARANGUAPE ENFRENTA O GOVERNO DO CEARÁ

Juarez Leitão

O segundo decênio do século XX, especialmente o período que se estendeu de 1912 a 1914, foi de marcante agitação política no Ceará.

Em janeiro de 1912 era deposto pela população de Fortaleza o comendador Nogueira Accioly, o até então mais poderoso político do Ceará, pois comandara por 16 anos uma das mais fortes oligarquias regionais da República Velha, gerada ainda nos últimos anos do Império.

Realizada, em seguida, a eleição para governador do Estado, consagrou-se nas urnas o coronel Marcos Franco Rabelo, com três quartos da votação.

Militar de carreira, sem conhecer o traquejo manhoso da política, começou a enfrentar problemas, a partir do referendo da Assembléia Legislativa que oficializaria sua eleição, em que precisava obter 16 votos dos 30 que formavam o colégio dos deputados. Conseguiu apenas 13 votos e, mesmo assim, tomou posse, tendo, porém, que fazer algumas concessões ao aciolismo oligárquico.

Muitos líderes que o haviam apoiado na grande frente de oposição para derrubar o Accioly começaram a se mostrar descontentes, porque não se sentiram satisfatoriamente contemplados nos cargos que pleiteavam no Governo. Foi assim que nasceu um novo partido, os **Marretas**, juntando os insatisfeitos com antigos adversários, todos prontos para marretear o Rabelo.

A população de Fortaleza, que continuava dando apoio ao coronel Franco Rabelo, considerou espúrio o comportamento dos dissidentes e passou a agredir os **marretas**, inclusive promovendo ataques às suas residências.

No interior, os velhos coronéis aciologistas, começaram a vislumbrar uma possibilidade de retomar o poder e puseram-se a conspirar, muitos deles arregimentando os seus "cabras" para o que fosse preciso. A mais expressiva liderança do coronelismo interiorano era o Padre Cícero Romão Batista, naquele tempo sofrendo a forte influência de um médico baiano, o doutor Floro Bartolomeu da Costa, que, desde 1908, se alojara em Juazeiro com o beneplácito do Patriarca. Os dois iriam liderar a famosa Sedição de Juazeiro que culminaria com a deposição de Franco Rabelo, em 1914.

A luta de aciologistas-marretas versus rabelistas estendia-se, desde 1913, por todo o Ceará. O governador, no afã de sufocar a movimentação oposicionista, passou a enviar tropas para o interior, onde quer que se esboçasse uma ação rebelde.

Em Maranguape, o rabelismo era comandado pela Família Sombra, liderada pelo farmacêutico Joaquim Correia Sombra, que, com a ascensão de Franco Rabelo, passou a controlar os postos chaves do município, inclusive a chefia da Intendência.

A oposição era exercida por um antigo aciologista, o coronel Manoel de Paula Cavalcante, proprietário da fazenda Trapiá.

Coronel de patente, da antiga Guarda Nacional, nascera Manoel de Paula em 1874, demonstrando desde a juventude as características de liderança e severidade que o haveriam de marcar por toda a vida. Conhecido por sua coragem e lealdade a toda prova fazia parte daquela estirpe de homem que era capaz de morrer para honrar um compromisso e garantia com um fio do bigode a palavra empenhada. Sua personalidade forte e a altivez de suas atitudes transformaram-no numa espécie de "Varão de Plutarco" de sua comunidade, o exemplo vivo e soberano da dignidade que, para a população sertaneja, tem um valor incomparável.

Em sua fazenda, o Trapiá, nunca negou arranco a quem o procurasse, ocorrendo por vezes acoitar fugitivos da justiça que, dentro daquela propriedade, passariam a ter garantia de segurança desde que se adequassem às regras patriarcais do coronel.

O respeito que desfrutava em Maranguape às vezes confundia-se com o temor que despertava naqueles que não queriam apostar em contrariá-lo. Havia uma mística em relação ao líder, uma consideração que beirava o absurdo. Certa vez o coronel chegou atrasado ao cinema. A exibição estava pelo meio. Ao perceber sua entrada, o proprietário pediu licença à platéia e rebobinou a fita para que o coronel Manoel de Paula assistisse o filme do começo.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Cel. Antônio Botelho de Sousa, deputado estadual e outro expressivo nome da política local, resolveu também chegar atrasado ao cinema. Como o proprietário não se manifestasse ante sua presença, exigiu tratamento semelhante ao que fora dado ao coronel Manoel de Paula, isto é, o recomeço do filme. Foi atendido. Ninguém era doido para experimentar a reação dos poderosos naqueles duros tempos do coronelismo.

Nos finais de 1913 esboçou-se uma rebelião em Acarape. O governador Franco Rabelo, de imediato, enviou um pelotão da Polícia Militar àquela localidade para prender os rebelados. Entretanto, antes que a polícia chegasse, os sediciosos de Acarape, à frente o Dr. Antônio Pompeu e o Dr. Antônio Pompeu Pequeno, com mais 22 pessoas, fugiram para Maranguape, homiziando-se na Fazenda Trapiá, onde contaram com o apoio do proprietário, um corajoso correligionário.

Avisados do paradeiro dos rebeldes, a força militar, obedecendo à ordem do Governo, no dia 19 de janeiro de 1914, cercou a propriedade do coronel Manoel de Paula e dele exigiu que entregasse os chefes políticos procurados. Entrincheirado na sede da fazenda com duzentos combatentes, num morrote estratégico, cercado por fardos de algodão prensados em sua fábrica de descaroçamento, o coronel recusou entregar os amigos que estavam sob sua proteção.

Criado o impasse, o comandante militar deu ordem de fogo, imediatamente respondida pelos combatentes do Trapiá. Uma fazenda de Maranguape estava em guerra com o Estado.

Foram três dias de cerrado tiroteio. Na fazenda cercada todos participavam da resistência. Enquanto os homens atiravam, as mu-

lheres recarregavam os cartuchos. A arma principal era um rifle americano, muito utilizado por alguns fazendeiros, conhecido por "papo amarelo", com capacidade para 14 balas calibre 44. Consta que o coronel Manoel de Paula tinha mais de cem armas dessas em sua fazenda, além de muitas espingardas "lazarinas", aquelas de carregar pela boca. Havia também pistolas "parabellum" e garruchas de médio e pequeno porte.

A população de Maranguape estava apreensiva e tentava manter um certo estado de neutralidade, mas os rapazes do Tiro de Guerra foram, querendo ou não, incorporados ao batalhão sitiante, cujo comandante era o tenente Augusto Correia Lima, conhecido como Correia Bracinho.

Francisco Braz de Araújo, em relato publicado em 1959 ("Maranguape de Outros Tempos"), descreve: "Muitos rapazes de Maranguape, pertencentes ao Tiro de Guerra local, ingressaram às fileiras da tropa. E, numa tarde turva e de expectativa pelo desfecho da luta, sob os toques dissonantes de uma velha corneta, a tropa movia-se lentamente como unidade regular pela estrada poeirenta em que se divisava e pouco a pouco iam-se desaparecendo os acenos dos últimos soldados improvisados rumo ao Trapiá. Na imaginação eu já tinha a visão da luta, o entrechoque das armas, como teria depois com a chegada a Maranguape dos romeiros do Padre Cícero, naquela arrancada dantesca do sertão às portas de Fortaleza."

A essa altura do conflito, os diretores da Casa Boris, importante firma compradora de algodão de quem o coronel Manoel de Paula era cliente, resolveram interferir, mediando um acordo. A idéia era conseguir a rendição dos amotinados, com a conseqüente prisão dos líderes de Acarape e a entrega das armas, poupando-se, porém, a integridade física e a liberdade do proprietário do Trapiá. O emissário dos Boris, portando uma bandeira branca com o emblema da conhecida empresa, conseguiu penetrar na fazenda, obtendo um cessar-fogo para as negociações.

Aproveitando-se, entretanto, da trégua, o tenente Correia Lima ordenou um ataque inesperado e ocupou as trincheiras da fazenda, dominando os combatentes. Um morador da fazenda, rapaz de 21 anos, conhecido como Zé Galinha, tentou desobedecer a rendição, concitando os companheiros à resistência, mas foi grosseiramente abatido por um tiro de escopeta disparado por um soldado do batalhão oficial. Todos foram presos e tiveram as armas apreendidas.

Conduzindo os prisioneiros e as armas para o centro de Maranguape, de onde tomariam o trem para Fortaleza, o comandante da operação militar deixou propositadamente para trás o coronel Manoel de Paula, que se dirigira ao seu quarto para trocar de roupa. Quando saiu, o proprietário descobriu que na fazenda só tinham ficado ele, as mulheres e as crianças.

Quando se viu isolado de seus companheiros, o altivo coronel não aceitou a liberdade. Tomando o seu cavalo dirigiu-se à cidade e exigiu ser preso como todos os outros. E o foi. Recolhido ao quartel do 23º. Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, ali permaneceu até a queda de Franco Rabelo, ocorrida a 10 de março de 1914.

Uma semana antes, o seu adversário, Joaquim Correia Sombra fora deposto da Intendência e expulso de Maranguape pelos jagunços do doutor Floro Bartolomeu que, depois de derrotarem as forças do governo Rabelo no Cariri, vinham num embalo vitorioso se aproximando da capital para o golpe final.

O coronel Manoel de Paula Cavalcante voltou triunfante à Maranguape e, nesse mesmo ano de 1914, foi eleito prefeito de sua terra, exercendo o mandato até 1918.

Quando adoeceu, atingido por um câncer agressivo, ficou muito magro, só a pele e os ossos. Um homem da rua, por desinformação sobre a doença, ao vê-lo tão raquítico, comentou: "Vejam como são as coisas. O coronel Manel de Paula, que deu comida a tanta gente naquela casa cheia de fartura, com esse negócio de política ficou pobre e está aí, morrendo de fome, seco feito um sebito!"

Faleceu em sua fazenda Trapiá, no dia 22 de abril de 1934, aos 60 anos de idade e ficou na memória de seus conterrâneos como um exemplo de bravura, orgulhosamente proclamado.

As razões pelas quais se bateu o Patriarca do Trapiá podem ser discutíveis, já que se ligavam a uma velha e injustificada oligarquia; mas o seu modo de operar correspondia perfeitamente ao que o imaginário popular considera como valentia, lealdade e respeito aos compromissos assumidos. Os remotos e arraigados valores da altivez sertaneja.